

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 74ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 02 de maio de 2016

Ao segundo dia do mês de maio do ano de 2016, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Septuagésima Quarta Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO, e com as presenças do Excelentíssimo Senhor Prefeito de São Caetano do Sul, PAULO PINHEIRO; do Prefeito de Mauá, DONISETTE BRAGA; do Prefeito de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Ausente os prefeitos dos municípios de Santo André, CARLOS GRANA; de Diadema, LAURO MICHELS; de Ribeirão Pires, SAULO BENEVIDES. Presentes também os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

INÍCIO – O Presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, dá início à pauta, com o primeiro ponto que se referiu ao COMITÊ DE PROGRAMA RESÍDUOS SÓLIDOS, com a apresentação do Plano Regional de Resíduos Sólidos. Com a palavra o Sr. Sebastião Ney Vaz, coordenador do Comitê de Programa Resíduos Sólidos, inicia a apresentação informando que o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) está na fase de conclusão e irá incorporar os resultados das audiências públicas realizadas nas sete cidades na última semana de abril, com aproximadamente 300 pessoas participando dos debates. Ressalta que a apresentação para a Assembleia também foi exposta durante as audiências públicas. Relata que o Plano está sendo elaborado desde junho de 2015, a partir da contratação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), e tem como objetivo o planejamento de soluções integradas para a gestão dos resíduos sólidos na região, considerando um horizonte de 20 anos. A iniciativa propõe três programas regionais referentes à ampliação da coleta seletiva com meta de 100% de alcance, à destinação dos resíduos domiciliares e da construção civil e às ações de educação ambiental. O investimento do Consórcio para a realização do estudo inédito foi de R\$ 1,1 milhão. O Plano Regional foi definido como prioridade no Plano Plurianual, e desenvolvido com base no Termo de Referência elaborado pelo Comitê de Programa Resíduos Sólidos, que definiu os seguintes eixos principais: Coleta Seletiva; Resíduos da Construção Civil; Educação Ambiental. Foi elaborado de forma participativa com os membros do Comitê e com ampla consulta aos gestores públicos municipais, cooperativas e demais atores envolvidos. O sistema regional de coleta seletiva proposto prevê, além da coleta porta-a-porta, a entrega de resíduos em postos de entrega voluntária (PEV) e estações de coleta (ecopontos). O Plano propõe um PEV para cada 1,5 mil habitantes e um ecoponto para cada 30 mil moradores. Ao final de 20 anos, o total de equipamentos projetado para a coleta seletiva nos municípios da região é de 2.034 PEVs, 102 ecopontos e 60 caminhões. O custo estimado para implantação do plano é de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 548 milhões em investimentos para triagem e R\$ 461 milhões para coleta. Com base em metas de recuperação de materiais estabelecidas no Plano Regional, o estudo projeta resultados iniciais para um horizonte de cinco anos, fornecendo um parâmetro para negociações com setores empresariais sobre os custos do sistema de logística reversa regional. O Plano fornece

um banco de dados que pode ser consultado por todos os gestores, por meio do Consórcio, e aponta para soluções definitivas. Em seguida passa a palavra ao Professor Elcires Pimenta Freire, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que novamente ressalta o caráter inédito do estudo no País. Afirma que temos uma base de informações com um nível de detalhamento que não existe no Brasil, levantada com apoio de uma consultoria internacional. Os cálculos e projeções consideraram um novo padrão de eficiência que viabiliza a futura implementação do Plano Regional. As principais proposições para o programa de coleta seletiva são: metas regionais de recuperação de materiais recicláveis; Sistema de coleta porta a porta combinado com rede de Ecopontos e PEVs; Centrais de triagem manuais e semiautomatizadas com compartilhamento regional; sustentabilidade do programa por meio da operação em regime de eficiência e justa remuneração; acordo setorial regional com compromissos do setor privado e responsabilização de todos os atores. No Programa de Gestão de Resíduos da Construção Civil, as principais proposições são a classificação e regulamentação para pequenos, médios e grandes geradores; Implantação de rede de Ecopontos e programa para erradicação de locais de disposição irregular; sistema de recuperação e valorização com incentivo do Poder Público no uso de agregados em obras públicas. E no Programa de Educação Ambiental, foi estruturado em três eixos envolvendo campanhas regionais permanentes; programas e ações integradas e articuladas regionalmente. E como ultimo ponto informa sobre o Sistema de Tratamento de Resíduos Indiferenciados e Disposição Final, com um prognóstico de geração de resíduos, balanço de massa e estudo de cenários com presença e esgotamento dos aterros na Região do Grande ABC e o estudo de viabilidade de dois sistemas regionais de tratamento mecânico-biológico (TMB). Essas são as principais propostas, detalhadas posteriormente pela Professora Luciana, que inicia sua apresentação informando que o Programa Regional de Coleta Seletiva possibilita a ação conjunta dos municípios do Grande ABC no atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos; desenvolver os programas municipais com base no planejamento estratégico regional; promover a inclusão social em toda a região, com geração de postos de trabalho e renda e com melhoria das condições de trabalho dos catadores, por meio da ampliação e qualificação dos programas municipais, capacitação e formação continuada; possibilitar o desenvolvimento e a melhoria da cadeia de reciclagem na região do Grande ABC e buscar a sustentabilidade por meio da responsabilidade compartilhada, logística reversa e compromissos econômico-financeiros assumidos pelo setor privado. Para a realização desse estudo foram realizados prognósticos da população total da Região do Grande ABC e quantidades totais de Resíduos Sólidos Domiciliares no horizonte de 20 anos, e criadas metas regionais para cada município; foi também considerada a meta regional mínima de 10% de recuperação de materiais recicláveis por município e meta regional de 13% em relação à massa de resíduos sólidos domiciliares, resultando a tabela abaixo, destacada a seguir na exposição da FESP.

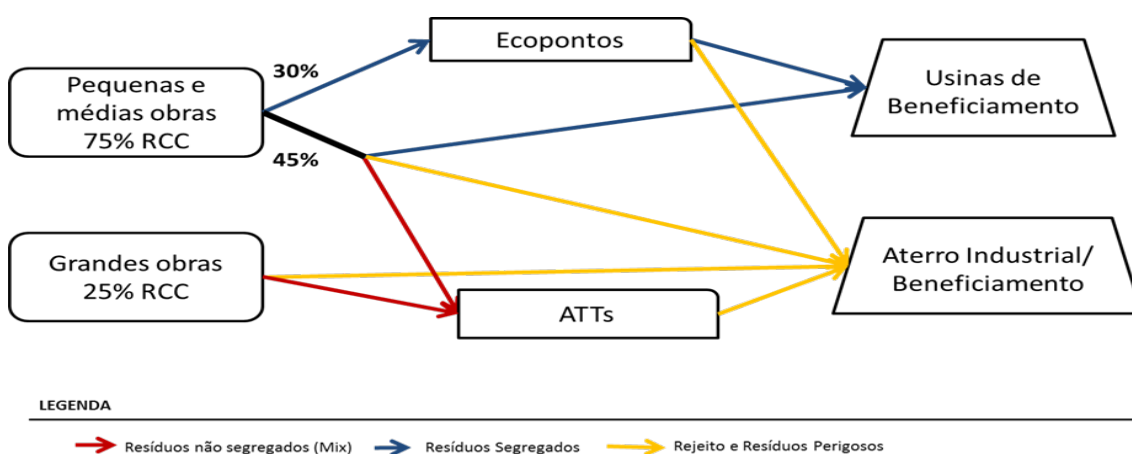
CENÁRIO DE METAS – Demanda por Município (Metas Individuais)								
Ano	DIADEMA	MAUÁ	RIBEIRÃO PIRES	RIO GRANDE DA SERRA	SANTO ANDRÉ	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO CAETANO DO SUL	
Curto Prazo	1	1,12%	1,30%	1,04%	0,00%	3,15%	6,83%	1,80%
	2	1,99%	1,99%	1,44%	0,83%	4,46%	8,77%	2,90%
	3	2,86%	2,86%	2,63%	1,67%	5,80%	9,91%	4,29%
	4	3,73%	3,73%	3,81%	2,50%	7,18%	10,00%	5,74%
Médio Prazo	5	4,60%	4,60%	5,00%	3,33%	8,30%	10,25%	7,19%
	6	5,47%	5,47%	5,34%	4,17%	9,20%	10,50%	8,64%
	7	6,34%	6,34%	5,68%	5,00%	10,00%	10,75%	10,00%
	8	7,21%	7,21%	6,02%	5,38%	10,25%	11,00%	10,25%
	9	8,08%	8,08%	6,36%	5,77%	10,50%	11,25%	10,50%
Longo Prazo	10	9,00%	9,00%	6,70%	6,15%	10,75%	11,50%	10,75%
	11	10,00%	10,00%	7,04%	6,54%	11,00%	11,75%	11,00%
	12	10,25%	10,25%	7,38%	6,92%	11,25%	12,00%	11,25%
	13	10,50%	10,50%	7,72%	7,31%	11,50%	12,25%	11,50%
	14	10,75%	10,75%	8,06%	7,69%	11,75%	12,50%	11,75%
	15	11,00%	11,00%	8,40%	8,08%	12,00%	12,75%	12,00%
	16	11,25%	11,25%	8,74%	8,46%	12,25%	13,00%	12,25%
	17	11,50%	11,50%	9,08%	8,85%	12,50%	13,25%	12,50%
	18	11,75%	11,75%	9,42%	9,23%	12,75%	13,50%	12,75%
	19	12,00%	12,00%	9,76%	9,62%	13,00%	13,75%	13,00%
	20	12,25%	12,25%	10,10%	10,00%	13,25%	14,00%	13,25%

Tabela contemplando o Cenário de Metas de recuperação de resíduos, para o horizonte de 20 anos.

Com base nesse estudo chegamos à conclusão de que precisamos de 102 ecopontos, 60 caminhões e 2034 contêineres, para a coleta seletiva nos municípios da região do Grande ABC. As premissas para a modelagem do sistema de triagem e beneficiamento de materiais recicláveis foram baseadas em dois tipos de centrais: manual e semiautomatizada, com a operação das centrais por meio de cooperativas de trabalhadores, com condições adequadas de trabalho e padrões de ergonomia e eficiência; o dimensionamento do sistema regional de triagem levou em conta a quantidade de centrais necessárias e a capacidade de processamento de cada tipo de central (tonelada/hora), além do número de turnos para o processamento das quantidades coletadas, de acordo com as metas; estratégia com compartilhamento de estruturas e recursos. Isso resultou num total, em longo prazo, de 4 centrais manuais e 5 centrais semiautomáticas, que poderão ser compartilhadas entre os 7 municípios. Os custos totais (Implantação e Operação) para o período de 20 anos foram previstos para os 7 municípios e custos para a coleta em R\$ 461,7 milhões. Os custos totais de coleta de materiais recicláveis, em função da quantidade recuperada de resíduos ano a ano, em regime de eficiência, possibilitam a redução gradual do custo de coleta, partindo-se de um patamar de cerca de R\$ 400,00 e atingindo R\$ 189,00 no 20º ano. Para as centrais o custos totais (Implantação e Operação) para o período de 20 anos foram estimados em R\$ 548,1 milhões. A análise dos resultados demonstra a redução dos custos da triagem quando se considera a quantidade recuperada de resíduos ano a ano, também em regime de eficiência, partindo-se de R\$ 506,56/tonelada no Ano 1 e alcançando R\$ 208,70 para a Região do Grande ABC no 20º ano. A logística reversa dos materiais recicláveis, nos termos propostos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, e assumida por este Plano Regional, foi definida como instrumento de viabilização da responsabilidade compartilhada pela gestão sustentável de resíduos. Reforça que já existe uma política de remuneração com base no Item 6.5 do “Acordo Setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral”. Quanto à participação dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, as operações realizadas pelos serviços públicos de limpeza urbana, relativas à logística reversa, poderão ser devidamente remuneradas, na forma acordada entre as partes, diretamente ou indiretamente, proporcionalmente à quantidade de embalagens recolhidas, de forma a atender ao previsto no inciso IV do caput do Artigo 36 da Lei 12.305/2010. A proposta de acordo setorial regional foi

baseada nos seguintes pontos: Remuneração aos Poderes Públicos Municipais e Cooperativas de Catadores pelos custos adicionais advindos da implantação do Programa Regional de Coleta Seletiva. Esta remuneração deverá estar baseada no cálculo dos custos adicionais pela implementação da coleta e triagem em regime de eficiência, descontando-se os recursos obtidos pela comercialização dos materiais e custos evitados com a disposição desses materiais em aterros sanitários. Essa remuneração deverá ser realizada com base na comprovação da efetiva recuperação dos materiais, por tipologia. Para a efetivação de um compromisso entre o setor empresarial e o setor público são estabelecidas no Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Grande ABC as bases de custos (investimentos e de operação) para cumprimento das metas, em regime de eficiência, por tipo de material. Caberá aos poderes públicos municipais realizar os investimentos em equipamentos, sistemas logísticos e de operação dos sistemas de coleta e triagem, custos estes que deverão ser ressarcidos pelo setor empresarial. Baseado nisso estudamos o déficit entre custo da coleta e valor dos materiais, para ser implantado o programa de coleta seletiva no período de 5 anos, sendo estimado um valor de R\$ 67,5 milhões, sendo R\$ 46 milhões para a fração papel/papelão, além de R\$ 7,8 milhões para a fração vidros, e R\$ 6 milhões para a fração embalagens cartonadas. O Prof. Elcires Pimenta destaca que está sendo entregue aos prefeitos um documento síntese com o custo por município para a realização do programa. No programa regional de gestão integrada de resíduos da construção civil, foi realizada a classificação dos geradores de RCC para a definição de diferentes responsabilidades; estudo de demanda de equipamentos públicos para recepção, triagem e beneficiamento de RCC e um estudo econômico-financeiro para tratamento de RCC. Foi também apresentado o fluxo de resíduos da construção civil, e a tabela de custos correspondentes, abaixo reproduzidos.

#### FLUXO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DIMENSIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS

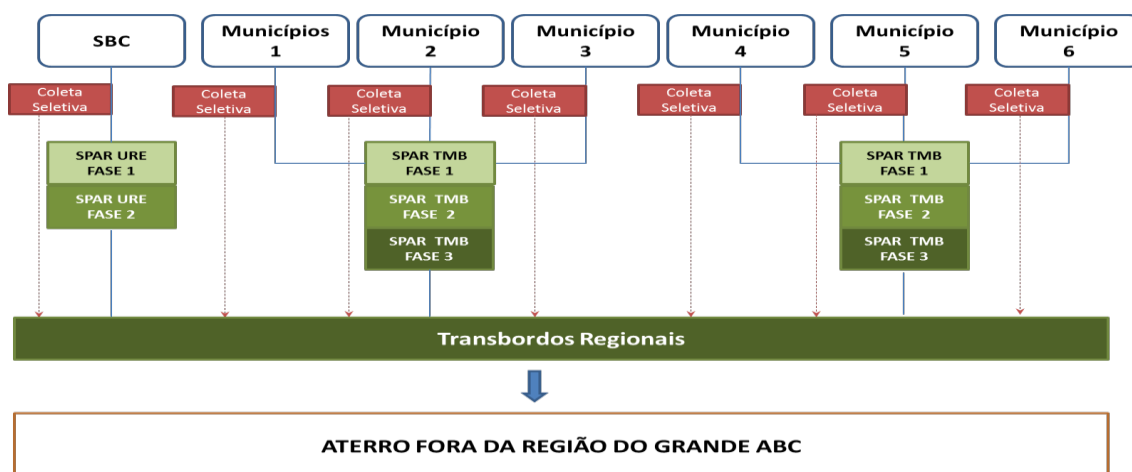


## CUSTO DA PARCELA GERENCIADA PELO SETOR PÚBLICO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC

RESÍDUO DA CONSTRUÇÃO CIVIL – RCC	Volume	Unidade	Custo unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
<b>Estimativa do volume total de Resíduos da Construção Civil gerado nos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Grande ABC</b>	1.178.481	m <sup>3</sup>	-	-
<b>% de Resíduos da Construção Civil gerenciado pelo setor público</b>	30,00	%	-	-
Volume de Resíduos da Construção Civil gerenciado pelo setor público e recebido nos Ecopontos	353.544	m <sup>3</sup>	36,64	12.953.915,29
Volume de Resíduos da Construção Civil tratado nas Usinas de beneficiamento	285.793	m <sup>3</sup>	24,86	7.105.346,78
Volume de Resíduos da Construção Civil enviado para Aterro	67.751	m <sup>3</sup>	46,47	3.148.495,58
<b>Custo total – Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Grande ABC</b>				<b>23.207.757,66</b>
<b>Custo unitário - R\$/m<sup>3</sup></b>				<b>65,64</b>

O terceiro item proposto é o Programa Regional de Comunicação e Educação Ambiental, que trabalharia com os eixos da coleta seletiva, resíduos da construção civil (RCC), e resíduos sólidos domiciliares, de forma a dar suporte aos outros eixos prioritários do plano regional. Foram ainda realizados estudos para o tratamento e disposição final de resíduos e a implantação de sistemas de tratamento e transbordos compartilhados e aterro externo à Região do Grande ABC, simbolizados nas três figuras abaixo.

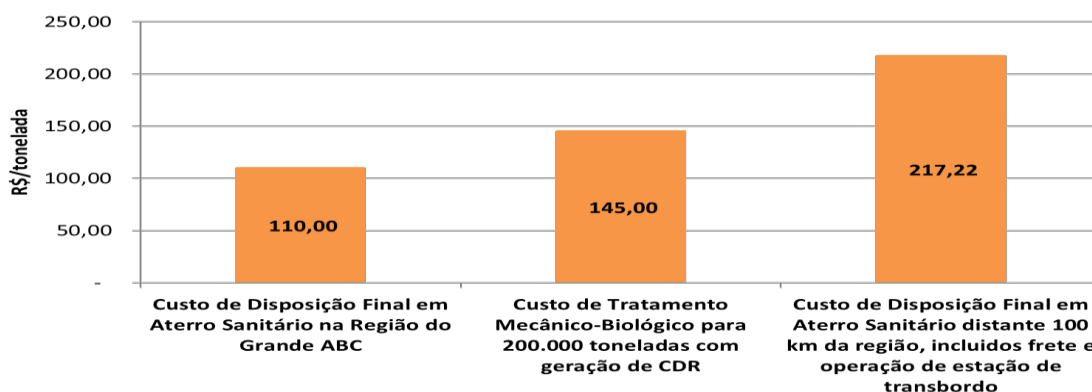
Implantação de sistemas de tratamento e transbordos compartilhados e aterro externo à Região do Grande ABC



## FLUXO GERAL DO SISTEMA REGIONAL DE TRATAMENTO



## COMPARATIVO DE CUSTOS DAS ALTERNATIVAS DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL



Encerrada a apresentação, o Presidente ressalta a importância das ações de conscientização para o êxito do Plano. Reforça a importância de um processo educativo forte, envolvendo inclusive as redes de ensino das cidades, pois coleta seletiva sem participação popular é inócua. Questiona também a consideração de um potencial investimento do polo petroquímico em parceria com as prefeituras de Santo André e Mauá, que deve ser inserido nos cenários. Com a palavra o coordenador do Comitê de Programa Resíduos Sólidos e Superintendente do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (SEMASA), Sebastião Ney Vaz Júnior, relata que graças ao Plano Regional, o ABC pode ser protagonista nacional em gestão de resíduos sólidos e que o plano fornece um banco de dados que poderá ser consultado por todos os gestores, por meio do Consórcio, apontando para soluções definitivas no médio e longo prazos. O Presidente Luiz Marinho sugere a realização de oficina de trabalho com os gestores correspondentes nos 7 municípios, de modo a detalhar a estratégia de implementação do plano. O coordenador Ney Vaz informa que essa será a próxima etapa para discussão e encaminhamentos do Comitê. O Secretário Executivo agradece a presença dos representantes da FESP e do Comitê Resíduos e dá início ao segundo ponto da pauta, a seguir relatado.

Programa Casa Abrigo Regional, Apresentação do relatório de atividades 2015 pelo Conselho Gestor. Os Prefeitos recebem o relatório das atividades de 2015 do Programa Casa Abrigo Regional, uma das ações mais exitosas do GT Gênero. Com a palavra, a ex-presidente do Conselho Gestor da Casa Abrigo, Maria Aparecida da Silva faz uma breve apresentação do Programa, relatando os principais pontos e dados mais

recentes do programa que foi criado em 2003. A iniciativa já atendeu 1.771 pessoas, entre mulheres em situação de risco de violência doméstica e seus filhos. Juntas, as duas casas abrigam, no máximo, 40 pessoas por um período de até 180 dias, considerando cada caso. O objetivo é garantir segurança e proteção de mulheres em situação de violência doméstica, sob risco de morte, assim como sua integridade física e psicológica. Para o desabrigoamento, são avaliados o período de permanência na casa e a condição psicossocial e material da mulher. O programa busca ainda moradia em local distante e desconhecido do autor da violência, respeitando todas as decisões da mulher. Informa que 15% das mulheres retornam para o convívio do autor da agressão. No entanto, ressaltou, não há registro de reincidência de violência doméstica. Após o desabrigoamento, a mulher segue sendo monitorada, o que contribui para inibir a reincidência. O Programa também teve sua iniciativa premiada diversas vezes. O modelo de ação regional que tem sido estudado pelas diferentes regiões do Brasil e por outros países, como Chile e África do Sul. Em 2011 foi um dos cinco ganhadores do III Prêmio Chopin Tavares de Lima – Novas Práticas Municipais, concedido pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM). E em 2015 recebeu a Medalha Ruth Cardoso, honraria realizada pelo Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo. O relatório foi parabenizado pelos Prefeitos e passou-se ao próximo item da pauta.

Proposta de criação da Subcomissão do P2R2 (Subcomissão Regional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos, da Região do Grande ABC – SRP2R2/ABC) e balanço do PPDC, por parte do GT Defesa Civil -. Com a palavra a coordenadora do GT Defesa Civil, Débora Diogo (Santo André), apresenta aos Prefeitos a proposta de criação de um grupo regional de respostas rápidas a emergências envolvendo produtos químicos perigosos no ABC. A proposta visa à prevenção dos riscos oriundos das atividades de produção, armazenamento, manipulação, distribuição e destinação de produtos químicos. A ideia é implementar uma política regional de gestão de riscos voltada para a atividade, estabelecendo protocolos de manejo de desastres e agindo de forma integrada e articulada para a minimização dos impactos das ocorrências. Reforça que a vocação industrial do ABC e o número de empresas do setor químico, além do fato de a região ser cortada por dutos de transporte de produtos petroquímicos e por rodovias e ferrovias com expressiva circulação das mais diversas substâncias justificam a proposta. A “Subcomissão Regional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos da Região do Grande ABC – SRP2R2/ABC” buscará as melhores soluções para prevenir esse tipo de acidente e o pronto atendimento das ocorrências registradas. Considerando que o ABC é uma região de polo petroquímico, expressivo número de indústrias químicas, existe uma vulnerabilidade a explosões e riscos que podem causar danos ambientais e de saúde. Até mesmo o transporte dos produtos químicos precisa de atenção da logística regional. A subcomissão proposta deverá envolver as sete cidades, além de representantes do IBAMA, SAMU, Corpo de Bombeiros, Comitê de Fomento Industrial do Polo Petroquímico do Grande ABC (Cofip), polícias Ambiental e Rodoviária Federal e Estadual, e no âmbito do Consórcio, os GTs Defesa Civil, Saúde, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana, Segurança Urbana, entre outros. A resposta rápida consiste também em um protocolo de atendimento a essas situações, criando áreas de evacuação; o objetivo é treinar equipes das sete cidades nessas respostas e evitar os

riscos inerentes ao contexto regional. Cita também a necessidade de construir um inventário dos recursos disponíveis na região para esse atendimento. Deliberação: os prefeitos aprovaram a proposta. Após a publicação da decisão dos prefeitos, todos os interlocutores serão convidados a compor a Subcomissão, cujo modelo é norteador pela filosofia do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2), criado pelo Decreto Federal nº 5.098 de 03/06/2004.

A seguir temos o Balanço do PPDC. A coordenadora do GT Defesa Civil, Debora Diogo, apresenta a síntese do balanço do Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC) 2015 – 2016 no ABC, encerrado no dia 15 de abril, que mostrou redução de ocorrências, desastres e vítimas nas cidades da região. Apesar do registro de chuvas extremas devido aos efeitos das mudanças climáticas e à influência do fenômeno El Niño, houve queda nos atendimentos a deslizamentos, inundações e atendimentos de emergência durante o verão, em comparação com os anos anteriores. Os principais fatores que contribuíram para a melhoria na gestão dos riscos de desastres foram as ações de prevenção e preparo realizadas pelas equipes de Defesa Civil dos sete municípios que resultaram na redução do número de ocorrências, bem como a melhoria no desempenho das sete cidades durante o período mais chuvoso do ano. Segundo levantamento, os maiores índices de chuva registrados nos pluviômetros instalados na região ocorreram no mês de fevereiro, quando Mauá teve índice recorde com 600 mm, Santo André 446 mm, São Caetano do Sul 440 mm e São Bernardo do Campo 258 mm. A avaliação do GT Defesa Civil é de que todas as ações preventivas, como vistorias nas áreas de risco, podas e manejo das árvores, monitoramento climático, envio de alertas preventivos, ações educativas e a formação dos moradores em Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs), bem como as políticas regionais de habitação, gestão dos resíduos, drenagem, Planos Municipais de Redução de Riscos, que resultaram na remoção de quase 600 moradias em risco iminente de deslizamento, urbanização de núcleos e obras de contenção de encostas, drenagem e limpeza nas galerias e piscinões, estão surtindo efeitos positivos para a redução das ocorrências e melhoria dos indicadores.

A Assembleia prossegue com a apresentação do GT SAÚDE sobre a evolução dos casos de dengue e gripe H1N1. Com a palavra o coordenador do GT Saúde, Homero Nepomuceno (Santo André), informa que as ações regionais serão finalizadas junto com o ano epidemiológico, com a realização no próximo sábado 07 de maio, do terceiro grande ato de 2016 “ABC contra o Aedes”, na divisa entre as cidades de São Bernardo do Campo, Diadema e São Paulo. A concentração será no cruzamento da Avenida Almiro Senna Ramos com a Rua Polônia, em frente ao Supermercado Extra, em Diadema, próximo à Avenida do Taboão, na divisa com São Bernardo. O mutirão deve fechar o período crítico para a doença com saldo favorável. Possivelmente teremos um balanço bastante positivo em julho, pois devemos terminar sem a confirmação das previsões de grande explosão de casos da doença. A preparação regional contra a dengue para 2017 deverá ter início entre julho e agosto deste ano, com planejamento de ações pelo GT Saúde e a manutenção dos trabalhos municipais de combate aos focos do mosquito. Sobre o balanço e evolução dos casos, informa que a última semana epidemiológica da doença em 2016 será encerrada em julho, quando as administrações de cada cidade fazem as avaliações necessárias e dão continuidade aos calendários municipais. Lembra a diferença de notificações de casos suspeitos de



dengue na região, citando o balanço até 9 de abril, que aponta 6.528 casos este ano, contra 14.745 em 2015. Cita também o prejuízo registrado nas confirmações de casos desde março, quando a Coordenadoria de controle de Doenças (CCD), da Secretaria de Estado da Saúde, enviou um comunicado a todos os municípios paulistas informando novos critérios para uso dos kits para testes de dengue. Desde então, os exames do ABC enviados para o Instituto Adolfo Lutz foram represados. Os novos critérios definem que somente os casos graves e de óbitos devem ter amostras enviadas para o Instituto. O mesmo protocolo deve se estender para o próximo ano, como discutido na última reunião de secretários com representantes da Saúde estadual, em 19 de abril, gerando uma nova discussão entre os municípios para o planejamento de 2017. No que diz respeito à Gripe H1N1, o coordenador do GT Saúde informa que a cobertura de imunização contra a Influenza para os grupos mais vulneráveis (crianças, gestantes e mães no pós-parto, idosos e trabalhadores da saúde) atingiu, até o dia 30 de abril, o patamar de 85% de cobertura, segundo a Sala de Situação Regional para Monitoramento do H1N1 criada pelo Consórcio. No último sábado, dia 30 de abril, seis cidades do ABC participaram do Dia D de vacinação, o que elevou o número de vacinados. O último balanço sobre os casos de H1N1 demonstrou estabilidade na região. O município de São Bernardo do Campo registrou 211 casos suspeitos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), seguido de Santo André (178), Mauá (51), Diadema (50), São Caetano do Sul (34), Ribeirão Pires (40) e Rio Grande da Serra (3). A avaliação até o momento é de controle da situação nos municípios, o que por enquanto dispensa a necessidade de adoção de um plano de contingência regional, com reserva de leitos para atendimento em hospitais das sete cidades. A Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza A prossegue na região com o calendário até o dia 20, exclusivamente para os grupos prioritários: crianças de 6 meses a 5 anos, gestantes e mães no pós-parto, idosos com mais de 60 anos, profissionais da saúde, povos indígenas e pessoas especiais ou portadoras de doenças crônicas e outras doenças que comprometam a imunidade. Para ampliar a conscientização da população sobre os cuidados para evitar a transmissão do vírus H1N1, o Consórcio também iniciou, na sexta-feira 29 de abril, uma campanha publicitária de esclarecimento e prevenção. Num primeiro momento, foram veiculados 'spots' nas rádios regionais e de São Paulo informando sobre a vacinação, ao mesmo tempo em que foram produzidos anúncios para mídia impressa. Paralelamente, a fanpage da entidade ([www.facebook.com/consorcioabc](http://www.facebook.com/consorcioabc)) iniciou publicação de posts com informações sobre a doença e orientações que tranquilizem e ajudem os moradores da região a evitar o contágio. A campanha também prevê distribuição de folhetos e divulgação externa em outdoors instalados nas sete cidades.

O Secretário Executivo inicia a exposição sobre as Audiências Públicas Municipais do PDUI e sobre o Seminário Desenvolvimento e Governança Regional - Diagnósticos e Perspectivas a partir da RMSP, dia 08/06/2016, às 10h00, no Anfiteatro do Bloco Beta no campus da UFABC em São Bernardo do Campo-SP. As audiências públicas municipais para discutir o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São Paulo serão iniciadas em 5 de maio, no auditório do Semasa, em Santo André. Nas demais cidades, as reuniões acontecerão ao longo do mês de maio. Lembra ainda a importância da realização do "Seminário Internacional: Governança Regional - Diagnósticos e Perspectivas a partir da Região Metropolitana São Paulo (RMSP) ", nos dias 8 e 9 de junho, no Campus São Bernardo do Campo da

Universidade Federal do ABC (UFABC). O presidente ressalta a importância da participação dos municípios tanto nas audiências públicas como no Seminário Internacional, reforçando que as duas ações contribuem para o nosso Plano Diretor Regional. É feito também o registro sobre a 10ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo, que será realizada no dia 23 de maio, às 10h, na EMPLASA, e que tem como pauta a eleição de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano. Na sequência, o ponto sobre o balanço dos repasses financeiros dos municípios consorciados e deliberação sobre débitos relativos ao orçamento 2014, por parte da Secretaria Executiva. Registra-se que já foi comunicada aos municípios de Ribeirão Pires e Diadema, por conta dos débitos de 2014, a necessidade de repactuação formal para além da que foi feito em 2015. Dada a ausência dos respectivos prefeitos, a discussão do item foi transferida para a assembleia de Junho.

Por fim, passa aos INFORMES e agenda futura, relatando os itens abaixo relacionados.

1. Ato "ABC Contra o Aedes" – 07/05, às 9h, Av. Taboão com Rua Polônia - divisa de Diadema, São Bernardo e São Paulo. 2. 1º Circuito Regional do Cambuci - 13ª Festa do Cambuci de Paranapiacaba de 21 de abril a 1º de maio; 11º Festival Gastronômico e Cultural de Rio Grande da Serra de 20 a 22 de maio e 3º Festival do Cambuci de Ribeirão Pires dias 25 e 26 de junho. Encerramento dia 29 de junho, às 19h30, na sede do Consórcio.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12 horas, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.  
Região do Grande ABC, em 02 de maio de 2016.

Prefeitos presentes na 74ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIZ MARINHO

Presidente

Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

PAULO NUNES PINHEIRO

Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA

Prefeito do Município de Mauá

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA  
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI  
Secretário Executivo da Presidência

---

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 74<sup>a</sup> Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.